

# As esquerdas e a modernização do campo (1945-1970)

## Max Porphirio

Doutor, mestre e graduado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), membro do Grupo de Estudos sobre o Agro Contemporâneo (GEAC), do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais (NECAP), membro do Programa Sefhis e professor das redes municipais de Seropédica e do Rio de Janeiro. max\_fcp@hotmail.com.

## Resumo

Em linhas gerais, objetivamos discutir como o PCB, as Ligas Camponesas e Paulo Freire pensaram o processo de modernização do campo, entre os anos de 1945 e 1970. Para tanto, dialogamos com produções de diferentes centros de pesquisa e recorreremos a uma diversidade de fontes: obras dos principais teóricos pecebistas e dirigentes das Ligas Camponesas, resoluções dos congressos pecebistas, principais manifestos, entrevistas concedidas por importantes agentes do período (especialmente, Paulo Freire e Luiza Erundina) e periódicos ligados aos movimentos rurais de orientação marxista. A partir dessa análise foi possível perceber como era difícil, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, conceituar a realidade social sem dialogar com a ideologia da modernização. Essa análise é fundamental para dar sentido histórico aos processos de desenvolvimento do campo brasileiro.

**Palavras-chave:** modernização; desenvolvimento rural; Ligas Camponesas; PCB; Paulo Freire.

## Resumen

En términos generales, nuestro objetivo es discutir cómo el PCB, las Ligas Campesinas y Paulo Freire han reflexionado acerca del proceso de modernización del campo, entre los años 1945 y 1970. Dialogamos con producciones de diferentes centros de investigación y recurrimos a una diversidad de fuentes: obras de los principales teóricos pecebistas y dirigentes de las Ligas Campesinas, resoluciones de los congresos pecebistas, principales manifestos, entrevistas concedidas por importantes actores de la época (especialmente Paulo Freire y Luiza Erundina) y publicaciones periódicas vinculados a movimientos rurales de orientación marxista. A partir de este análisis, fue posible darse cuenta de lo difícil que era, en las décadas de 1940, 1950 y 1960, conceptualizar la realidad social sin dialogar con la ideología de la modernización. Este análisis es fundamental para dar sentido histórico a los procesos de desarrollo del campo brasileño. Palabras clave: modernización; desarrollo Rural; Ligas Campesinas; PCB; Paulo Freire.

## The left and the agricultural modernization (1945-1970)

### Abstract

In general terms, we aim to discuss how the PCB, the Peasant Leagues and Paulo Freire thought about the agricultural mechanization, between the years 1945 and 1970. For that, we dialogued with productions from different research centers and use a variety of sources: works by the main Pecebist theorists and leaders of the Peasant Leagues, resolutions of the PCB's congresses, main manifestos, interviews given by important agents of the period (especially Paulo Freire and Luiza Erundina) and periodicals linked to rural movements with a Marxist orientation. From this analysis, it was possible to see how difficult it was, in the 1940s, 1950s and 1960s, to conceptualize social reality without dialoguing with the ideology of modernization. However, we identified a proper reading of the Leagues and the PCB. This analysis is essential to give a historical sense to the rural development in the Brazil.

**Keywords:** modernization; rural development; Ligas Camponesas; PCB; Paulo Freire.

### Ideologia da modernização

Nos anos imediatos ao fim da Segunda Guerra Mundial (1945), a ideologia da modernização começou a ser gestada nos Estados Unidos da América (EUA). De acordo com essa ideologia, modernização significava utilizar os avanços científicos e tecnológicos para construir um “mundo melhor”: industrializado, urbanizado, com altos níveis de escolarização e, sobretudo, com máxima eficiência produtiva. Caberia aos EUA o “fardo do homem branco” de levar aos países “subdesenvolvidos”, ou de “terceiro mundo”, as ferramentas necessárias para que estes se modernizassem, com a justificativa de que assim superariam o atraso econômico. Pretendia-se, dessa forma, construir um mundo pautado no livre-comércio, onde todas as nações seriam desenvolvidas (industrializadas) e competitivas, “à imagem e semelhança dos EUA” (SILVA, 2015, p. 27), autoproclamado ponto máximo da escala civilizatória. Nestes termos, a ideologia da modernização servia às estratégias de combate ao comunismo (os agentes estadunidenses consideravam que a pobreza era solo fértil para a propagação das ideias marxistas) e para forjar demandas (ampliando as operações de crédito e os mercados para maquinário e sementes produzidos pelas empresas de capital estadunidense). Por isso, não demorou funcionar como um novo modelo de dominação imperialista, substituto do modelo neocolonial – que demonstrava seus limites à medida que avançavam as lutas de libertação na África e na Ásia (Silva, 2015).

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi uma importante propagadora das ideias modernizadoras. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), agência ligada à ONU, desenvolveu importantes análises sobre a modernização dos países subdesenvolvidos. Criada no ano de 1948, a CEPAL reivindicava uma reformulação da teoria econômica, propondo a substituição das teorias ortodoxas eurocêntricas por um referencial teórico que possibilitasse aos países latino-americanos a superação do seu lugar na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, os cepalinos dedicaram-

se, principalmente, à análise das relações comerciais internacionais, do processo de substituição de importações, do desenvolvimento rural e da inflação. As análises cepalinas constataram que a teoria das vantagens comparativas, desenvolvida por David Ricardo, não se aplicava aos países da América Latina. Nesse sentido, estes países necessitariam ampliar a produção de bens manufaturados. Caso contrário, ficariam, *ad aeternum*, em desvantagem nas relações comerciais com os países centrais, visto que os países latino-americanos importavam dos países centrais manufaturas com alto valor agregado e exportavam produtos primários de baixo valor agregado. De acordo com o pensamento cepalino, os países latino-americanos deveriam aumentar sua produção industrial, para assim comercializarem produtos de alto valor agregado (KAY, 2001). Nessa construção, o campo era classificado como o responsável por frear o crescimento urbano-industrial, ao provocar, a partir da oferta inelástica, sucessivas crises inflacionárias e de abastecimento. Por isso, o processo de industrialização iniciar-se-ia a partir das alterações das relações de trabalho no campo (modernizando as técnicas produtivas) e da democratização do acesso à pequena propriedade (que aumentaria o fornecimento de matéria-prima para as indústrias e de alimentos para as cidades, fomentaria um mercado interno consumidor de bens de produção e de manufaturas nacionais, e liberaria mão de obra para as indústrias). O Estado era considerado o principal agente dessas mudanças. Caberia ao Estado planificar a economia, controlar os preços, criar mercados regionais, realizar a reforma agrária (baseada no acesso à pequena propriedade privada e combate ao latifúndio improdutivo) e fornecer crédito e assistência técnica aos trabalhadores rurais (KAY, 2001).

Era difícil, nas décadas de 1950 e 1960, conceituar a realidade social sem dialogar com a ideologia da modernização (MENDONÇA, 2010). Diferentes grupos fizeram leituras próprias desse conceito, como os presidentes brasileiros, os partidos e movimentos de esquerda e a Igreja.

### **A modernização do campo nas teses pecebistas**

Entre 1945 e 1964, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) defendeu diferentes projetos de reforma agrária, ora mais ora menos radicais, mas que, *ao fim e ao cabo*, associavam a ideia de desenvolvimento à elevada produtividade industrial por habitante e consideravam a superação do sistema agroexportador condição primordial para aumentar o poder aquisitivo dos trabalhadores rurais, formar uma economia centrada no mercado interno e ampliar o fornecimento de alimentos para as cidades e de matérias-primas para a indústria. Este olhar sobre o campo era pautado na tese etapista (MEDEIROS, 1995).

No geral, os pecebistas defendiam que o socialismo sucederia o capitalismo, após este sofrer progressivas crises estruturais geradas por suas próprias contradições; ou seja, o socialismo só poderia ser instaurado em países com um capitalismo “desenvolvido”, já que nesse tipo de sociedade a modernização das fábricas, que “vem acompanhada de novas e brutais formas de exploração” e “da crescente subordinação do salário à obrigação de maior produtividade” (PCB, 1960, p.43), levaria a classe operária a intensificar suas lutas, elevar sua consciência revolucionária e fortalecer a unidade e a

organização de suas fileiras. Como o Brasil era considerado uma sociedade “semifeudal”, seria necessário, a partir de uma revolução democrático-burguesa, abrir caminho para o desenvolvimento do capitalismo, e quando este estivesse maduro, a classe operária estaria pronta para guiar o país em direção ao socialismo. O campo possuía um lugar muito bem delimitado nessa análise: fornecer as condições materiais necessárias para o fortalecimento do capitalismo industrial. A redistribuição de terras e a melhora da condição socioeconômica do trabalhador rural eram interpretadas como estímulos à formação de um mercado interno, que aceleraria o desenvolvimento nacional, libertando o país do jugo do capital estrangeiro, e diminuiria as migrações, atenuando assim as pressões sobre os salários urbanos e possibilitando maior capacidade organizativa dos operários, caracterizados como dirigentes da revolução (MEDEIROS, 1995).

Como o momento exigia, as análises pecebistas sobre as relações produtivas no campo foram pautadas na literatura científica, as proposições de Marx, Kaustky e Lênin foram utilizadas com frequência. Em seu discurso *O Problema da terra e a Constituição de 1946*, Prestes colocava-se contra o salvacionismo tecnológico. Retomando as análises de Marx sobre as formas de produção, Prestes defendia que a função da ciência era facilitar a “obtenção dos meios de vida necessários à existência do homem”, e não auxiliar a acumulação ampla e irrestrita. De acordo com Prestes, a relação dos homens com os instrumentos de produção era apenas um dos diversos aspectos a serem discutidos. O cerne do debate sobre os caminhos do desenvolvimento deveria ser a relação de produção entre os homens, que, no caso brasileiro, era moldada pela concentração fundiária:

No estudo da persistência dessas relações feudais, apesar da penetração do capitalismo no Brasil, dessa defesa de um regime pré-capitalista, dessas relações sociais anteriores às relações capitalistas, às relações de salário, às relações de trocas monetárias, devemos buscar as causas de nosso atraso. E vamos encontrar a explicação disso no monopólio da terra, na propriedade privada da terra e na concentração da propriedade (*Problemas*, “A Reforma Agrária”, agosto de 1947).

Embora não tenha sido citada, a tese de Kautsky sobre os benefícios da pequena propriedade camponesa para os grandes proprietários parece ter influenciado o documento aqui em análise. Prestes afirmava que não interessava ao patronato rural ampliar o número de máquinas utilizadas no processo produtivo, uma vez que a pequena propriedade camponesa fornecia mão de obra barata, abundante e constante. Segundo o dirigente comunista, somente por meio da reforma agrária “pacífica, legal, constitucional”, pautada na “redistribuição de terra”, seria possível aumentar a produtividade, formar um mercado interno e melhorar a saúde, a habitação, a alimentação e o vestuário dos trabalhadores rurais<sup>1</sup>:

De todo o exposto, só cabe uma conclusão: sem uma redistribuição de propriedade latifundiária, ou em termos mais precisos, sem uma verdadeira reforma agrária, não é possível debelar grande parte dos males que nos afligem, entre os quais, merecem citação:

---

1 No final da década de 1960, Prestes, em um movimento de autocrítica, vai se mostrar contrário a esta posição reformista, rompendo, assim, com as proposições do Comitê Central. Tal rompimento será melhor fundamentado em sua *Carta aos Comunistas* (1980).

- a) produção agrícola baixíssima, rotineira; pouco diversificada e de todo insuficiente para as necessidades de consumo das nossas populações;
- b) condições precárias de existência no campo, no que concerne à alimentação, vestuário, habitação, saúde e educação.
- c) fraca densidade demográfica (4,8 habitantes por km<sup>2</sup>);
- d) falta de mercado interno para as nossas indústrias;
- e) Situação afritiva de nossos transportes; em que se congregam de um lado, o estado deplorável dos equipamentos, obsoletos, gastos e super-trabalhados, e de outro a falta do que transportar. (...) É a agricultura da enxada, agricultura semelhante à do Egito dos Faraós da qual não podemos sair porque é impossível, é impraticável a aplicação da técnica agrícola enquanto existir essa massa de milhões de operários sem trabalho. Os agrônomos bem intencionados procuram a solução do problema na técnica, mas como aplicá-la? Para que adquirir a maquinaria se o dono da terra pode fazer a colheita sem empregar um centavo do seu capital? E esse capital vai ser utilizado em outras atividades: no comércio, na especulação de compra e venda de terras, no açambarcamento de produtos, na grilagem. O capital é elevado para a usura para os barracões dentro do latifúndio, mas, jamais, para a técnica agrícola (*Problemas*, “A Reforma Agrária”, agosto de 1947).

Em 1948, no artigo “A queda da produção agrícola no Brasil”, publicado na revista *Problemas*, Miguel Almeida aprofundou a argumentação realizada por Prestes. Entendendo “produtividade” como a produção expressa em toneladas por hectare, Almeida dedicou-se, como o próprio título indica, à análise do problema da baixa produtividade agrícola no Brasil. Discussão considerada vital, uma vez que o baixo rendimento médio da produção agrícola era indicado como causador da carestia e do atraso político-econômico nacional.

Almeida iniciou a análise desse problema com uma incisiva crítica àqueles que pensavam a baixa produtividade a partir da falta de braços e de tecnologia. Em sua opinião, se a pouca oferta de mão de obra fosse uma realidade, o salário daqueles que trabalhavam no campo seria altíssimo, o que não acontecia:

Há as que dizem, por exemplo, que o baixo rendimento da nossa agricultura é causado pela “falta de braços”, pelo êxodo rural — esta é a tese de grande número de latifundiários que vivem o tempo todo comentando, através da imprensa ou do Parlamento, o abandono das suas fazendas pelos camponeses. Refletindo esta opinião, o “Correio da Manhã”, de 24 de agosto de 1947, num tópico sobre o rendimento do trabalho, dizia: “A queda da produção agrícola é notória, não obstante todos os apelos em contrário, e a falta de braços continua a ser o mais molesto fator de semelhante situação”. (...) Os salários nas zonas rurais (os quais na maior parte não são pagos em dinheiro) crescem muito lentamente, inclusive nas regiões mais importantes como São Paulo, e levam longos períodos girando em torno de uma média que mal dá para o trabalhador rural viver na miséria (*Problemas*, “A queda da produção agrícola no Brasil”, janeiro de 1948).

Com relação à mecanização e ao uso de fertilizantes, Miguel Almeida os considerava importantes recursos para o aumento da produtividade, porém, não acreditava que a simples introdução de máquinas resolveria o problema da baixa produtividade, já que

esta era resultado da concentração fundiária. Para legitimar essa interpretação, Almeida retomava o mesmo argumento de Kaustky, utilizado por Prestes:

A verdade, portanto, é que, apesar do êxodo rural, existe uma grande reserva de braços disponíveis no campo, sempre prontos a trabalhar quase de graça, recebendo em geral apenas a comida e a roupa grosseira no barracão da fazenda. Mesmo admitindo que a migração de camponeses para as cidades crie dificuldades de mão de obra a um certo número de fazendeiros, não podemos concluir que isto justifique a baixa no rendimento médio da produção agrícola. A história da economia mundial demonstra que o rendimento da produção agrícola começou a aumentar justamente devido à “falta de braços” nos campos (*Problemas*, “A queda da produção agrícola no Brasil”, janeiro de 1948).

Ao discutir a renda da terra no Brasil, Almeida recorreu a um arcabouço teórico diverso para legitimar a importância da pequena propriedade camponesa. Primeiro tomou como base as ideias de Adam Smith, que

(...) dizia de referência aos grandes proprietários feudais que eles raramente introduziam melhoramentos na agricultura, porque contavam com o concurso de numerosos rendeiros obrigados a pagar aforamento e prestar serviços gratuitos, e partindo daí procurava demonstrar a vantagem do estabelecimento da propriedade camponesa independente (*Problemas*, “A queda da produção agrícola no Brasil”, janeiro de 1948).

Em um segundo momento, retomou novamente Kautsky para então afirmar que a pequena propriedade camponesa era mais produtiva que a grande propriedade feudal, pois os camponeses trabalhavam na segunda com a displicência que exige o trabalho forçado, enquanto na primeira eram mobilizados pelo interesse próprio e objetivo de melhorar a vida da família. Por fim, recorreu a Lênin para legitimar o papel da pequena propriedade na consolidação da tese etapista, já que privaria o grande proprietário feudal do acesso ao trabalho não pago e estimularia o desenvolvimento de forças produtivas, fundamentais para a consolidação do capitalismo no campo e, conseqüente, a resolução do êxodo rural, da baixa produtividade e do baixo nível de vida da população.

Segundo Almeida, ao ter acesso à “pequena propriedade de tipo capitalista”, o camponês não recorreria mais ao êxodo rural, pois teria perspectivas de prosperar no campo. Esta mudança de possibilidades faria o produtor rural preocupar-se, cada vez mais, em “aumentar a produção, porque passará a produzir na maior parte para vender no mercado, e não somente para consumir ou entregar ao senhor da terra”. Como não poderia ampliar a produção comprando mais terras, o produtor buscaria “empregar meios técnicos, como instrumentos mais aperfeiçoados, arados, e também a fertilizar constantemente a terra, com a utilização de adubos”. Assim, a família camponesa, progressivamente, elevaria: o “seu poder aquisitivo”; a “sua capacidade física e saúde”; e a “sua produtividade no trabalho”.

Procurando exemplificar seus argumentos, Almeida recorreu aos dados do *Anuário Estatístico do Brasil* (1946) para “demonstrar que, onde há pequena propriedade, o

progresso da técnica agrícola é maior”<sup>2</sup>; e apresentou os índices de produtividade dos países socialistas que haviam realizado uma reforma agrária pautada na pequena propriedade e na atuação do Estado.

Percebe-se que na argumentação destes pecebistas, o problema não era a modernização do campo, mas o caminho da implantação. Este precisaria ser guiado pelo Estado, que primeiro deveria promover uma reforma agrária redistributiva (baseada na pequena propriedade privada), para depois incentivar a formação de cooperativas e garantir a capacitação técnica e o acesso às máquinas. A base desse pensamento é a de que o capital privado não cria as condições para a obtenção de lucro, e sim aproveita as criadas pelo Estado:

Portanto, a baixa produtividade do braço camponês não é a causa última da queda no rendimento da produção agrícola, porque essa baixa produtividade é já um efeito da miséria do camponês, do próprio atraso da nossa agricultura, enfim, de uma causa mais grave e profunda. (...) Mas a prova que a Reforma Agrária se torna vitoriosa, acelera o progresso da agricultura e liberta os camponeses do semifeudalismo, quando ela não é escamoteada e sim aplicada firmemente, está nos países da Europa libertados da ocupação fascista — Polônia, Hungria, Bulgária, Romênia e Iugoslávia. A respeito desses países, diz o conhecido economista Eugene Varga que os seus governos consideram o fornecimento de auxílio e máquinas aos camponeses não como um assunto particular destes, mas como uma obrigação do Estado. Como muitas das máquinas existentes são impróprias para as pequenas propriedades, o governo vem providenciando a manufatura de outras apropriadas, ferramentas e outros meios de produção. Além disso, encoraja-se a formação de cooperativas camponesas para a venda da produção e a compra de artigos manufaturados, restringindo-se a ação dos intermediários e especuladores, e é assegurado crédito pelo Estado aos pequenos produtores camponeses (*Problemas*, “A queda da produção agrícola no Brasil”, janeiro de 1948).

No *Manifesto de Agosto* (1950), as teses defendidas por Almeida e Prestes apareciam como diretrizes oficiais do partido, muito embora com uma roupagem mais radical. Nesse documento o PCB refutava a aliança com a burguesia nacional, considerando-a aliada aos latifundiários e aos interesses imperialistas e, por isso, responsável pela manutenção das concentrações de terra e de renda, causas dos problemas sanitários, educacionais e habitacionais.

Marchamos assim para o aniquilamento físico pela tuberculose, que mata em proporções nunca vistas e ameaça a vida de nossos filhos, pelas endemias que devastam as populações subalimentadas do país inteiro. As crianças nascem para morrer antes de completar o primeiro ano de vida, em proporção que atinge, em muitas regiões do país, a 50 por cento e mesmo mais. Nas grandes cidades, a maioria da população é obrigada a viver

2 Utilizando como parâmetro a quantidade de máquinas e de aparelhos agrícolas em relação ao número de propriedades, Almeida comparou três estados de lavoura tipicamente latifundiária (São Paulo, Minas Gerais e Bahia) com três com grande porcentagem de pequenas propriedades (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina).

amontoada, quase ao relento, na promiscuidade imunda das favelas e cortiços, porque as casas são cada vez mais um privilégio dos ricos, como privilégios dos ricos já é igualmente a instrução, mesmo a primária mais elementar. (...) É evidente, pois, que qualquer que seja a saída que possam tentar neste momento, as classes dominantes se encaminham para a liquidação dos últimos vestígios de liberdade, para a mais sangrenta repressão contra o povo para a ditadura fascista. É o caminho da entrega completa do país aos monopólios anglo-americanos e da preparação acelerada para a guerra imperialista. E desta forma agravam-se todas as causas da miséria e do atraso em que se debate o nosso povo e que estão fundamentalmente na estrutura arcaica de nossa economia, na miséria da renda nacional, nos restos feudais e no monopólio da terra que impedem a ampliação no mercado interno e o desenvolvimento da indústria nacional (*Voz operária*, “Manifesto de Agosto”, 5/08/1950, p.2).

Ainda pautado na tese etapista, o PCB considerava que o “povo” (os operários, os camponeses, os intelectuais “honestos, que não se prostituem aos opressores estrangeiros ou a seus agentes no país” (*Voz operária*, 5/08/1950, p.6), o funcionalismo pobre civil e militar, os estudantes e os pequenos comerciantes e industriais) deveria formar a “Frente Democrática de Libertação Nacional” e derrubar a “ditadura feudal burguesa serviçal do imperialismo”. Com o governo em suas mãos, os “patriotas”<sup>3</sup> deveriam criar as condições para o desenvolvimento de um capitalismo forte e de caráter nacional, capaz de melhorar a saúde, a educação e a moradia da população (saúde, educação e moradia). Seria essa a revolução democrática, não mais burguesa, que deveria ser instituída, sob direção da classe operária:

Nós comunistas, não vacilamos - sempre lutamos pela libertação nacional, contra o jugo do opressor estrangeiro pelo progresso do Brasil. Nenhuma reação conseguiu quebrar nossa vontade de luta, e hoje, apesar da brutalidade de todas as perseguições, lutamos com energia redobrada pelos mesmos objetivos, convencidos de que, nas condições atuais do mundo e do país, nunca foram tão grandes como agora os fatores favoráveis ao sucesso de nosso povo na sua luta pela independência nacional e pelo progresso social. (...) É este o caminho da independência e do progresso, da democracia e da paz. Precisamos libertar o país do jugo imperialista e pôr abaixo a ditadura de latifundiários e grandes capitalistas, substituir o governo da traição, da guerra e do terror contra o povo pelo governo efetivamente democrático e popular. Para isso, é indispensável liquidar as bases econômicas da reação, o que significa a confiscação das empresas imperialistas e dos grandes monopólios estrangeiros e nacionais, a nacionalização dos bancos, dos serviços públicos, das minas, das quedas d’água, e, igualmente, a confiscação das grandes propriedades latifundiárias que devem passar gratuitamente para as mãos dos que nelas vivem e trabalham. Só um governo da democracia popular, um governo do bloco de todas as classes e camadas sociais que lutem efetivamente pela libertação nacional sob a direção do proletariado, será capaz de garantir no país um regime de liberdade para o povo e de impulsionar o desenvolvimento independente da economia nacional, de assegurar a marcha

3 “Patriotas” era a forma como os membros e simpatizantes dessa frente eram chamados.



rápida no caminho do progresso, da melhoria efetiva das condições de vida das grandes massas trabalhadoras, dar saúde e instrução para o povo, igualdade econômica e jurídica para a mulher, deslocar, enfim, o país do campo da reação e da guerra para o campo da paz, da democracia e do socialismo (*Voz Operária*, “Manifesto de Agosto”, 5/08/1950, p.6).

Essas transformações teóricas refletiram nas proposições do partido para o campo brasileiro, que passou a defender pautas mais radicais: a ampliação das organizações camponesas; a resistência armada do camponês; a expropriação das terras, das máquinas, das ferramentas, dos animais e dos veículos, sem indenização ao proprietário; distribuição gratuita das terras, e dos bens móveis e imóveis nelas existentes, aos trabalhadores rurais; a extinção da meação, do foro, da terça, do vale-barracão e de todas as demais formas de prestação de serviços gratuitos; o fim do pagamento *in natura*; a anulação de todas as dívidas dos camponeses para com o Estado, os bancos, os fazendeiros e os comerciantes; a extensão dos direitos trabalhistas ao campo; e a garantia à produção, com o Estado fornecendo apoio técnico e financeiro, estimulando a formação de cooperativas e instituindo o preço mínimo (MEDEIROS, 1983). Previa também a nacionalização das indústrias e dos bancos, o controle dos lucros dos grandes capitalistas, a instituição do imposto progressivo, a educação pública, ampla e gratuita, a inserção do jovem recém-formado no mercado de trabalho, o apoio e estímulo à atividade científica e artística “de caráter democrático”, a abolição do imposto sindical, o controle da assistência social pelos trabalhadores e a fiscalização da aplicação dos direitos dos trabalhadores – mecanismos que garantiriam a soberania popular e reduziriam a desigualdade socioeconômica.

Provavelmente, a apologia à constituição do governo “democrático popular” respaldava-se nas experiências das “democracias populares”, forma de governo que surgiu nos países do centro e do sudeste europeu, após a Segunda Guerra Mundial. As “democracias populares” eram governos cuja base política era composta por sujeitos eleitos através do sufrágio universal, direto e secreto. Seu objetivo era superar o imperialismo e as reminiscências do feudalismo, criando as condições necessárias para a transição do capitalismo ao socialismo<sup>4</sup>.

No IV Congresso do PCB (1954), a posição radical do partido era a mesma: o imperialismo, os latifundiários e a burguesia eram os responsáveis pela fome, pela miséria e pela baixa produtividade da indústria e do campo brasileiro:

Apesar destas imensas possibilidades, a situação do povo brasileiro é cada dia mais penosa e insuportável. Brasileiros morrem de fome nas estradas do Nordeste e até mesmo nos grandes centros industriais do país. A tuberculose e outras doenças matam ou inutilizam milhões de pessoas. Sem escolas nem hospitais, o povo vive na ignorância e morre ao desamparo. Vivendo num país tão rico, o povo brasileiro vegeta na miséria, em consequência da política de rapina dos monopólios norte-americanos e da dominação dos latifundiários e grandes capitalistas brasileiros. (...) O capital norte-americano predomina nos

---

4 Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/2/cat/2365/o-que-%C3%A9-a-democracia-popular.html>. Acessado em: 11/04/2020.

transportes aéreos, controla as ferrovias e ameaça de aniquilamento a marinha mercante nacional. **Rockefeller organiza no país grandes empresas agrícolas, que visam a controlar importantes centros produtores, e os frigoríficos norte-americanos açambarcam terras e organizam grandes plantações e fazendas de criação de gado.** (...) Industriais e comerciantes brasileiros não podem desenvolver seus negócios devido ao baixo poder aquisitivo das massas trabalhadoras e à concorrência das mercadorias importadas dos Estados Unidos. Os monopólios norte-americanos freiam o desenvolvimento da indústria nacional e impedem a criação de indústrias básicas indispensáveis para libertar o Brasil da dependência econômica. O controle dos créditos bancários, dos meios de transporte, da distribuição das matérias-primas, das licenças de importação e exportação, é utilizado pelos imperialistas norte-americanos contra os industriais e comerciantes brasileiros. A importação de equipamentos necessários ao desenvolvimento industrial torna-se cada vez mais difícil e aumentam as restrições à importação de matérias primas indispensáveis à indústria nacional (*Problemas*, “Programa do Partido Comunista do Brasil”, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955, grifo nosso).

Nas resoluções do IV Congresso, o PCB melhor identificou as ações econômicas que deveriam ser tomadas pelo Governo Democrático Popular. Além das destacadas no *Manifesto de Agosto*, atentava para a necessidade de: instituir programas de habitação; conceder, nas áreas rurais, crédito de longo prazo e máquinas, para que os trabalhadores, artesãos e pequenos e médios proprietários construíssem suas próprias casas e incrementassem a produção; realizar obras públicas de irrigação na região Nordeste; criar uma ampla rede pública, e gratuita, de assistência hospitalar e educacional; confiscar as empresas estadunidenses e as nacionais que se colocaram contra os interesses do governo revolucionário; utilizar os recursos confiscados para criar indústrias e empresas nacionais; atrair investimentos privados nacionais e estrangeiros, garantindo o lucro e a defesa dos interesses dos investidores; proibir a importação de produtos produzidos no país; instituir o voto universal; garantir a livre-iniciativa empresarial; implantar uma política de reajuste do salário mínimo capaz de garantir a mínima condição de subsistência.

A partir de 1954, o PCB retoma uma posição mais moderada, que se consolidaria na *Declaração de Março* (1958) (MEDEIROS, 1995). O artigo “Os lavradores e as eleições de outubro”, publicado no *Terra Livre*, exemplifica essa mudança. O periódico destacava a capacidade organizativa dos lavradores em eleger, na capital de São Paulo, “candidatos que se comprometeram a lutar por um programa popular” e solicitava que os trabalhadores rurais continuassem estimulando “em cada lugar a união entre os comunistas, os trabalhistas, os pessedistas e outros que desejam garantir a eleição de um Presidente da República patriota e defensor dos interesses do povo” (*Terra Livre*, edição da 1ª quinzena de junho de 1955, p.1). Esse presidente era Juscelino Kubitschek. A candidatura de JK tinha como sustentação política a aliança PTB/PSD. Esses partidos tinham concepções e propostas distintas para o campo brasileiro. Enquanto o PSD, como vimos, era contrário a qualquer mudança na estrutura agrária, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apoiava a realização de uma reforma

agrária, chegando a incluí-la como segundo item de um programa de sete pontos<sup>5</sup> (MOREIRA, 2003). Apesar de naquele momento o PTB estar em franco crescimento, os partidos associados aos ruralistas – PSD e UDN – detinham maioria no congresso e era a economia agroexportadora que trazia divisas para o país (MOREIRA, 2003). JK sabia que não poderia ir contra os interesses ruralistas se quisesse a implantação de suas propostas. Por isso, durante o seu governo, optou por manter uma política próxima aos interesses da maioria parlamentar, ou seja, não propôs nenhuma mudança na estrutura agrária (Medeiros, 1983). Por que o periódico consideraria o voto como estratégia de atuação no momento em que o comitê central defendia a luta radical e insurrecional? Por que estimularia os trabalhadores rurais a angariar votos para o partido representante dos latifundiários?

Segundo Costa (1990), essa mobilização paradoxal tem sua resposta no clima golpista instaurado durante os governos de Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos. A interpretação pecebista dessa conjuntura consistia na ideia de que a liberdade democrática e a constitucionalidade eram fundamentais para a plenitude das ações do partido e das organizações dos trabalhadores. Dessa forma, o PCB orientou suas forças ao apoio de candidatos democráticos que, uma vez no poder, permitiriam a volta do partido à legalidade formal ou prática. A estratégia pecebista previa que, uma vez eleito, o partido iria mobilizar forças progressistas para a transformação desse governo. Acrescentamos mais dois pontos à análise de Costa: 1) como Prestes afirmou em discurso proferido durante o Pleno Ampliado do Comitê Central, participar dessa frente ampla possibilitaria “um maior estreitamento” do PCB “com a parcela das massas trabalhadoras sob a influência do PTB”, dando maior “consistência à unidade dos trabalhadores” (*Imprensa Popular*, edição de 14 de agosto de 1955, p.1); 2) com base na análise do *Manifesto de Agosto* (1950) e das resoluções do IV Congresso (1954), é possível dizer que as propostas desenvolvimentistas de JK estavam alinhadas com parte significativa das estratégias pecebistas para a criação de um capitalismo nacional independente – percebe-se, inclusive, que o artigo veiculado no *Terra Livre* classificava JK como um “patriota”, termo utilizado, nos documentos do PCB, para caracterizar aqueles que lutavam pelo desenvolvimento nacional e independente. O discurso de Prestes, no Pleno Ampliado do Comitê Central (CC), também reforça este argumento. Na ocasião, Prestes justificava o apoio à chapa de JK argumentando que este governo seria capaz de combater o imperialismo estadunidense e garantir a melhoria das condições de vida da população.

Ao participarmos da campanha pela sucessão presidencial temos como objetivo convertê-la em poderosa manifestação da unidade do povo na luta pela satisfação de suas reivindicações mais sentidas, pela solução dos problemas que mais o preocupam. (...) Estamos diante de um acontecimento político da maior importância na vida de nosso povo. Através da campanha eleitoral poderão ser criados os elementos de uma nova correlação de forças no país. (...) Em tal situação, um amplo aproveitamento da campanha eleitoral e, mais

5 A reforma agrária proposta pelo PTB previa a extinção do latifúndio improdutivo, a concessão de créditos aos pequenos proprietários e a extensão dos direitos trabalhistas ao trabalhador rural (MEDEIROS, 1983).

particularmente, da campanha pela sucessão presidencial servirá para despertar as grandes massas, para levá-las a luta em defesa das liberdades democráticas e pela melhoria de suas condições de vida, não permitindo que elas fiquem à espera de promessas e sejam enganadas pelos demagogos a serviço da reação e do imperialismo norte-americano. (...) Nas atuais condições do Brasil, a classe operária unida, aliada às demais forças democráticas e patrióticas, poderia efetivamente elevar pelo voto à Presidência da República um patriota honesto, capaz de fazer esforços no sentido de realizar no Poder um governo de paz e de defesa da soberania nacional (*Imprensa Popular*, “As eleições presidenciais de 1955 e as tarefas do nosso partido”, edição de 14 de agosto de 1955, p.1).<sup>6</sup>

O abandono da via insurrecional e a adoção de estratégias democráticas foram definitivamente assumidos na *Declaração de Março* (1958) e nas *Resoluções do V Congresso do PCB* (1960). Como destacou Medeiros, os pecebistas acreditavam que um projeto mais moderado seria capaz de articular uma frente única nacionalista composta por operários, camponeses, burguesia nacional e latifundiários contrários ao imperialismo (MEDEIROS, 1983). Os inimigos eram os latifundiários semifeudais e, principalmente, as forças apoiadoras do imperialismo, que transferiam “para o exterior considerável parte do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que reduz, em consequência, a taxa de acumulação capitalista no país, diminui o ritmo do seu progresso e influi no baixo nível de vida da sua população” (PCB, 1958, p.6).

Tendo como base essa interpretação, o PCB reorientou suas propostas para o campo brasileiro. O programa agrário radical foi substituído pela defesa das seguintes medidas: a desapropriação de propriedades incultas, ou pouco cultivadas, mediante *justa e prévia* indenização – calculada “com base no preço da terra registrado para fins fiscais” (PCB, 1960, p.55); o acesso à pequena propriedade a partir do pagamento “módico e a longo prazo” (PCB, 1960, p.55); a concessão dos títulos de propriedade aos posseiros; um amplo programa de crédito voltado aos trabalhadores rurais, para que pequenos e médios agricultores aumentassem a produção agrícola por meio do cooperativismo, da mecanização da agricultura e do “emprego da técnica moderna” (PCB, 1960, p.56); o investimento estatal em assistência técnica, transporte e armazenagem; maiores verbas para a educação e ciência como forma de combater o analfabetismo e “desenvolver o ensino técnico e científico e a pesquisa tecnológica e científica, a fim de superar seu atraso em relação às exigências do progresso econômico do país, e avançar no sentido da sua independência tecnológica” (PCB, 1960, p.58); o pagamento de salários e vencimentos que assegurassem melhores condições de vida; o “combate enérgico à inflação e à carestia”, de forma “que não sacrifique as massas nem prejudique as atividades produtivas” (PCB, 1958, p.20); a isenção fiscal para as

---

<sup>6</sup> Na *Declaração de Março* e nas *Resoluções do V Congresso*, essa interpretação sobre o governo JK tornou-se ainda mais evidente. Na *Declaração de Março*, o Comitê Central classificava o governo de JK como “heterogêneo, com um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês” (PCB, 1958, p.7), que “lutam entre si para impor determinados rumos à política estatal” (PCB, 1958, p.8). Nas *Resoluções do V Congresso*, o partido, ao fazer um balanço do que foi o governo JK, enfatizou que apesar de “algumas iniciativas de interesse nacional no terreno do desenvolvimento econômico” (PCB, 1960, p.45), JK se manteve aliado aos interesses imperialistas, implementando, inclusive, um programa de metas que se “baseia, em grande parte, na atração de inversões maciças de capital estrangeiro” (PCB, 1960, p.45).

pequenas propriedades; o aumento da carga tributária para as grandes propriedades; o reconhecimento dos sindicatos classistas rurais; a extensão dos direitos trabalhistas ao campo; a regulamentação da parceria e do arrendamento; a participação dos sindicatos nos “órgãos governamentais de abastecimento e preços” (PCB, 1960, p.56), como medida de contenção da carestia; a formação de “núcleos de economia camponesa” (PCB, 1960, p.55) nas terras da União. Ou seja, nesse período, ficou evidente a crença pecebista na capacidade da mecanização promover a elevação do bem-estar dos trabalhadores rurais, embora reconhecesse que no Brasil o incentivo à mecanização era capitaneado pelos EUA, como parte do processo de dominação imperialista – nesse sentido, defendiam que era necessário estreitar as relações com o “poderio do sistema socialista mundial”, representantes do “verdadeiro” progresso. Como veremos no próximo tópico, essa forma de pensar foi intensamente propagada pelo periódico *Terra Livre*.

### **O Terra Livre e a modernização do campo**

O periódico *Terra Livre* foi organizado segundo essas premissas, assumindo a função de instrumento educativo de trabalhadores rurais. O *Terra Livre* (1954-64) era o principal instrumento de veiculação das ideias do PCB no campo brasileiro, possuindo tiragem de trinta mil exemplares e inserção em diferentes regiões do Brasil, com sucursais em Pernambuco (1954), Ceará (1955) e Paraná (1955), bem como corretores de assinaturas nos estados de Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Paraná, São Paulo, Amazonas, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pará, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasília, e correspondentes nos já citados, além de Maranhão, Paraíba, Piauí e Sergipe. Este jornal era ligado à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) – organização que desempenhou papel fundamental na atuação do PCB no campo (COSTA, 1990). Na tentativa de falar a linguagem desse segmento e superar as barreiras do analfabetismo, o periódico recorria ao imagético, ao lúdico e à leitura coletiva. Ao analisarmos o periódico, encontramos críticas aos principais pontos da ideologia da modernização. Vejamos então as estratégias argumentativas.

No espaço “Conselhos caseiros”, o periódico buscava apresentar a luta política como a melhor maneira de obter uma educação melhor, alimentar os recém-nascidos e cuidar das enfermidades infantojuvenis, já que os responsáveis pelas dificuldades cotidianas enfrentadas pelos trabalhadores rurais eram os latifundiários e os governantes. A seguir, destacamos alguns exemplos. Ao orientar as “mães trabalhadoras” sobre a aquisição dos presentes natalinos, propunha a luta pelo pagamento do abono de natal – exigência comum entre os operários urbanos – como a melhor estratégia: “Os patrões, que ganham tanto dinheiro, podem pagar um Abono de Natal que, nas mãos das mães, é transformado em alegria para os filhos” (*Terra Livre*, 2ª quinzena de agosto de 1956, p.3). Ao narrar sobre a importância da alimentação do recém-nascido, ressaltava a necessidade de exigir “que o patrão e o governo lhe deem meios de alimentar seu filhinho” (*Terra Livre*, 1ª quinzena de setembro de 1956, p.3). Ao falar sobre os casos de desidratação que atingiam as crianças durante o verão, enfatizava: “Nas fazendas e usinas, as famílias que

têm crianças pequenas devem exigir que os patrões deem médicos para atender todos os casos (...)” (*Terra Livre*, 1ª quinzena de setembro de 1956, p.3). Ao combater os castigos físicos infantis, destacava que elas nada entendiam das dificuldades e nenhuma culpa “tem de tudo de ruim que acontece. A culpa da miséria e da apertura da vida é dos exploradores” (*Terra Livre*, 1ª quinzena de dezembro de 1956, p.3).

Fábulas também foram publicadas com o objetivo de atacar qualquer tentativa individualista, ou puramente técnica, de resolução dos problemas enfrentados. Na página três da primeira quinzena de novembro de 1955, encontramos a fábula “Antes tarde do que nunca”, composta por quatro personagens: a formiga valente (trabalhadores rurais), a formiga mágica (setores da Igreja católica), a rainha (governantes) e as formigas protegidas pela rainha (latifundiários). Com uma linguagem simples, o texto narra o problema enfrentado pelas formigas “trabalhadoras” que “não recebiam a alimentação em conformidade com o trabalho [executado]” – ou seja, não ganhavam o salário mínimo, reivindicação que organizava o periódico nos anos de 1950 –, em contraposição às formigas protegidas “que já há alguns anos nada faziam além de ficar todo o tempo descansando”. Inconformadas com a situação, as formigas deflagraram uma greve, que as desgastou e, assim, favoreceu a atuação da “formiga mágica”. O discurso de conformidade propagado por esta formiga foi combatido graças à formiga valente, responsável por instigar a continuidade da luta e, por isso, conseguir “**mantimentos, alegria e amizade**” (*Terra Livre*, 1ª quinzena de novembro de 1955, p.3, grifo nosso).

Cabe aqui destacar outra construção crítica à exploração imperialista, a partir de aspectos cotidianos. Entre janeiro e fevereiro de 1962, o periódico publicou a série “Um dia na vida do Brasilino”. Brasilino era um “bom burguês” que morava “num apartamento qualquer, numa cidade qualquer” (*Terra Livre*, janeiro de 1962, p.4). O objetivo do jornal com essa série era “ver na vida de Brasilino, como todos os brasileiros pagam lucros ao imperialismo, que entra no Brasil em forma de CAPITAL ESTRANGEIRO” (*Terra Livre*, janeiro de 1962, p.4), apresentando hábitos cotidianos como: acordar e tomar seu café da manhã com leite que “vem de uma vaca alimentada com farelo REFINAZIL, da ‘Refinações de Milho do Brasil’ (Brasil Z), que é americana” (*Terra Livre*, janeiro de 1962, p.4); escovar os dentes com a escova “TEK, da Johnson e Johnson do Brasil (que é americana)” (*Terra Livre*, janeiro de 1962, p.4); fazer a barba com o seu aparelho “Gillete” (*Terra Livre*, janeiro de 1962, p.4); enxugar-se com a “toalha felpuda da ‘Fiação da Lapa’, que também não é da Lapa porque é Suíça” (*Terra Livre*, janeiro de 1962, p.4); usar o seu automóvel “Volkswagen”, “fabricado pela ‘Volkswagen Brasil’, que é Alemã” (*Terra Livre*, fevereiro de 1962, p.4).

Além de responsabilizar o imperialismo pela exploração sofrida no campo, o *Terra Livre* também buscava retirar dos EUA o título de “civilização mais desenvolvida do mundo”. A mecanização, os avanços tecnológicos e os altos níveis educacionais da URSS eram utilizados, recorrentemente, para demonstrar as benesses do comunismo. O espaço “Você Sabia?” reproduzia essa caracterização da URSS, apresentando a soberania tecnológica e a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e urbanos do país: “você sabia que a mais luxuosa estrada de ferro subterrânea que existe no mundo é o Metropolitano de Moscou, na URSS?” (*Terra Livre*, 2ª quinzena de

julho de 1954, p.2); “você sabia que a nova Universidade de Moscou tem 50 mil lâmpadas elétricas?” (*Terra Livre*, 1ª quinzena de agosto de 1954, p.5); “você sabia que na União Soviética, onde as fábricas e a terra estão nas mãos dos operários e dos lavradores, todas as casas no campo são servidas de energia elétrica?” (*Terra Livre*, 1ª quinzena de março de 1955, p.2); “você sabia que se diz alô no telefone porque foi um húngaro, chamado Tivadar Puskas, quem lançou o primeiro chamado telefônico?” (*Terra Livre*, 1ª quinzena de agosto de 1954, p.5); “você sabia que a agricultura da União Soviética está tão adiantada que já se conseguiu nesse país produzir algodão de diversas cores e cultivar verduras, como tomate, em poucos dias?” (*Terra Livre*, 2ª quinzena de março de 1955, p.3). Enfatizar os avanços soviéticos na “corrida espacial” e na “corrida armamentista” (classificando suas ações como defensivas) também fazia parte da estratégia argumentativa do periódico. Por vezes, durante as orientações agropecuárias, o “Almanaque” publicava fotos das cadelas do programa espacial soviético, Laika, Strelka e Belka, e as utilizava como chamariz à exposição da ciência a “serviço da paz” (*Terra Livre*, janeiro de 1961, p.6). Em contraposição, imputava aos norte-americanos a responsabilidade pelo uso maléfico da ciência: “você sabia que as cinzas de uma bomba atômica experimentada pelos norte-americanos em Bikini, no Oceano Pacífico, levaram à morte vários pescadores (...)?” (*Terra Livre*, junho de 1960, p.4); “você sabia que a bomba atômica lançada sobre a cidade de Hiroshima, no Japão, ao fim da Segunda Guerra Mundial, matou 80.000 pessoas e feriu outras 40.000?” (*Terra Livre*, junho de 1960, p.4).

Por meio de tirinhas, o periódico defendia que o processo de modernização do campo brasileiro só seria benéfico se ocorresse por meio do estreitamento das relações comerciais com a URSS. O periódico destacava que a Rússia não buscava explorar os trabalhadores rurais, pelo contrário, estabeleceria uma relação horizontalizada, pautada pela permuta. Em troca dos produtos agrícolas, a URSS entregaria “tratores, refinarias de petróleo, equipamentos para usinas elétricas e muita coisa mais” (*Terra Livre*, 1ª quinzena de fevereiro de 1956, p.3).

Mesmo dedicando grande parte do conteúdo à URSS, essa coluna continha pontuais elogios à capacidade organizativa dos trabalhadores rurais chineses, por exemplo: “você sabia que na China Popular existem 84 jornais camponeses, para os lavradores?” (*Terra Livre*, “Você sabia?”, 1ª quinzena de março de 1955, p.2). O pequeno destaque concedido nesse espaço não representa o protagonismo da China nas abordagens do periódico. Entre 1955 e 1956, uma série de artigos sobre a reforma agrária chinesa foi publicada. Assinados por um chinês e por uma enviada especial (fazendo uso do argumento de autoridade para legitimar as informações veiculadas), esses artigos enfatizavam o papel da aliança operário-camponesa na construção de um Estado capaz de estimular a educação dos camponeses, a intensa produção das cooperativas de trabalhadores rurais, a proclamação da igualdade da mulher, a superação das características feudais e a distribuição da terra para quem nela trabalha, igualando latifundiários e trabalhadores rurais (*Terra Livre*, 2ª quinzena de fevereiro de 1956, p.1).

Em resumo, as propostas pecebistas levavam em consideração a ideologia da

modernização, porém, consideravam qualquer ação pautada na esfera individual (ou estritamente produtivista) como inócua e propugnavam o controle do Estado pela classe operária como a única forma de resolver a miséria, a mortalidade e a pobreza enfrentadas pelas classes oprimidas. Vejamos como pensavam as Ligas Camponesas.

### **As Ligas Camponesas e a modernização do campo**

A diferença entre as propostas de reforma agrária presentes nas *Resoluções do V Congresso do PCB* (mais moderada) e no *Terra Livre* (mais radical) deve-se ao apoio dos trabalhadores rurais à forma como as Ligas Camponesas tratavam a natureza da reforma (MEDEIROS, 2010). O *Terra Livre* precisava acompanhar a radicalidade que as Ligas traziam ao debate brasileiro da década de 1960.

Em 1961, as Ligas iniciaram a expansão nacional do movimento (MEDEIROS, 1989; Bastos, 1984; Azevêdo, 1982; Morais, 1969). Apesar das distintas interpretações sobre os elementos motivadores dessa expansão, os autores concordam que o conflito com o PCB e a construção do conceito de “reforma agrária radical” foram fundamentais<sup>7</sup>. O contato com a revolução cubana – em 1960, Francisco Julião e Clodomir de Morais, líderes das Ligas Camponesas, viajaram a Cuba – contribuiu para que o projeto de reforma agrária radical ganhasse contornos mais sólidos e o movimento passasse a defender que, a exemplo de Cuba, o Brasil não precisaria passar pelo capitalismo para alcançar o socialismo. Segundo Sales, a adoção da revolução cubana como exemplo foi justificada da seguinte maneira pelos líderes do movimento: Julião atentava para o fato de as condições que levaram Cuba à revolução estarem presentes no Brasil – em especial, a existência de um movimento camponês bem estruturado – e de a revolução cubana ter sido agrária; Morais, por sua vez, destacara que a revolução cubana fora a única a conseguir uma redistribuição social da terra (SALES, 2005).

Ao adotarem a revolução cubana como referencial, as Ligas foram pela contramão da visão etapista do PCB. O primeiro espaço de disputa foi o V Congresso Comunista, porém, a divergência entre o PCB e as Ligas só atingiu o seu ápice no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1961), quando a natureza da reforma agrária foi intensamente debatida entre o PCB e as Ligas Camponesas. Enquanto o PCB defendia a regulamentação da parceria e do arrendamento, as Ligas, considerando precárias essas formas de acesso à terra, defendiam a implementação, *na lei ou na marra*, de uma reforma agrária capaz de extinguir o monopólio da terra e estatizar a propriedade rural. Como destacou Bastos (1984, p.83), o PCB defendia a igualdade

7 Morais considerou primordial o V Congresso do Partido Comunista (1960), quando, influenciados pela Revolução Cubana, membros das Ligas pertencentes aos quadros do comitê pernambucano do PCB tentaram sobrepor suas teses de luta no campo às do comitê central. A tentativa não foi bem-sucedida, resultando na expulsão de alguns desses membros do PCB. Após essa derrota, o Conselho Regional das Ligas planejou a expansão do movimento para outras regiões do país vislumbrando a conquista da força necessária para confrontar as teses e organizações ligadas ao PCB. Para Azevêdo, que compartilhou da interpretação proposta por Morais, a expansão nacional das Ligas ocorreu após o V Congresso, porém, o autor negligencia qualquer influência cubana na construção teórica das Ligas – para ele, a adoção da “reforma agrária radical” foi uma construção endógena, resultado da experiência com a desapropriação do Engenho da Galiléia (1959). Bastos, por sua vez, defendeu que o elemento primordial para a expansão nacional foi a divergência com o PCB no Congresso de Belo Horizonte (1961), onde, influenciados pela reforma agrária cubana, membros das Ligas propuseram novas estratégias para a implantação da reforma agrária no Brasil.



democrático-burguesa, que deveria ser implantada para garantir o desenvolvimento das condições necessárias para a ascensão do socialismo, já as Ligas partilhavam da igualdade do socialismo, uma igualdade com um fim em si mesmo. Essas diferenças se refletiam nas propostas das Ligas Camponesas. Vislumbrando a conquista da força necessária para confrontar as teses e organizações ligadas ao PCB, as Ligas propagar-se-iam para diversos estados do Brasil, como Acre, Bahia, Brasília, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul (MORAIS, 1969).

Apesar de utilizar o conceito de “reforma agrária radical” de forma recorrente, poucas foram as ocasiões em que as Ligas apresentaram seu significado. Em quatro artigos e notícias publicados no periódico *A Liga* foi possível encontrar tal definição: ao noticiar o debate que ocorreu no programa “Depois do Sol” da TV Tupi, entre Julião, “um revolucionário”, e o deputado Amaral Neto, “porta-voz das classes dominantes” (*A Liga*, 27/11/1962, p.3); ao conclamar o camponês a “Lutar pela Reforma Agrária” (*A Liga*, 9/1/1963, p.3); ao atentar para a relação entre reforma agrária e melhora das condições de vida dos trabalhadores urbanos (*A Liga*, 11/12/1962, p.2); e ao publicar as “Teses para debate” (*A Liga*, 12/6/1963, p.3). Todas essas publicações versavam sobre: 1) uma reforma agrária dirigida pelos próprios camponeses; 2) a outorga de títulos de propriedade aos posseiros que trabalhavam a terra; 3) a desapropriação das terras devolutas e dos latifúndios improdutivos, mediante indenização baseada em títulos de dívida pública com prazo de 20, 30, 40 anos ou mais, dependendo do caso, vencendo juros de 2% ao ano – ademais, propunham que o valor da terra deveria ser calculado a partir das declarações para pagamento de imposto territorial; 4) a criação de condições para o desenvolvimento da economia nacional, levando em consideração a participação dos trabalhadores rurais; 5) a aplicação “na marra” da reforma – ou seja, mediante pressão popular –, haja vista o domínio e controle que a classe dominante tinha no congresso nacional; 6) a criação do Instituto de Reforma Agrária, que, ao exemplo da reforma agrária cubana, seria responsável por oferecer assistência técnica ao camponês e desapropriar as terras improdutivas com área superior a 500 hectares; 7) o estímulo à formação de cooperativas; 8) a plena garantia à sindicalização e ao direito de organização; 9) a distribuição gratuita das terras devolutas; 10) a extensão dos direitos trabalhistas ao campo; 11) a elaboração de um imposto territorial progressivo que incidisse sobre a grande propriedade agrícola e isentasse a pequena propriedade agrícola; 12) o combate à utilização especulativa das terras, a partir da proibição de concessão de terras públicas àqueles que objetivassem utilizá-las com esse interesse.

Assemelhando-se à quase totalidade das forças que pensaram o campo brasileiro após 1945, as Ligas consideravam que a utilização de técnicas de produção retrógradas potencializava a carestia e a baixa qualidade de vida dos trabalhadores rurais brasileiros. Porém, assim como argumentava o PCB, as Ligas acreditavam que esses problemas eram causados pela exploração imperialista e pela atuação dos latifundiários, que usavam a terra com o exclusivo desejo de manter o seu poder, pois não sabiam plantar e não deixavam as pessoas plantarem, além de aproveitarem as condições inóspitas de armazenamento e transporte que faziam com que o camponês vendesse seu produto rapidamente, para formarem monopólios “constituídos por um pequeno número de firmas atacadistas, que controlam a distribuição dos artigos de primeira necessidade, conseguindo lucros fabulosos” (*A Liga*, 9/10/1962, p.2).

A intensificação da produção e o bem-estar dos trabalhadores rurais só seriam alcançados com a implementação de uma reforma agrária radical.

Aplicando estratégia argumentativa parecida com a desenvolvida pelo PCB, as Ligas buscavam retirar os EUA do topo da lista das nações desenvolvidas. Porém, não seria a URSS que o substituiria, e sim Cuba. Caracterizado como o maior exemplo de “que há um caminho para livrarmos nossa pátria da miséria e do atraso em que vivemos” (*A Liga*, 27/03/1963, p.1), o governo revolucionário cubano era congratulado por ter nacionalizado empresas estrangeiras, ampliado o comércio exterior, melhorado a assistência médica, construído moradias dignas para o camponês, mecanizado a agricultura, extirpado o analfabetismo – classificado como braço de atuação do imperialismo –, promovido a “libertação do aluguel” (*A Liga*, 6/11/1962, p.1), acabado com a miséria e, é claro, demonstrado viabilidade da queima das etapas revolucionárias.

Outra semelhança com o PCB era a importância que a educação política possuía nas estratégias das Ligas. Por acreditar que a melhora definitiva da qualidade de vida aconteceria somente por meio da revolução socialista, as Ligas concentravam seus esforços no fortalecimento da consciência de classe dos agentes revolucionários. No decorrer do ano de 1963, preocupado em viabilizar o protagonismo revolucionário dos camponeses, membros do movimento propuseram a criação de uma Organização Política (OP) de tipo leninista dentro da Organização de Massas (OM), proposta que foi aprovada em janeiro de 1964 (MORAIS, 1969). Após a aprovação, criou-se uma escola de quadros dentro da OM com o objetivo de educar e organizar os camponeses, “dando-lhes uma consciência marxista-leninista”. A partir de aulas sobre dialética da história, economia política, natureza da revolução brasileira e agitação e propaganda, o movimento pretendia unir a teoria à prática e, assim, evitar a transformação dos camponeses em “simples agitadores, com uma fraseologia teórica, muitas vezes inoportuna” (*A Liga*, 11/3/1964, p.4). A imprensa foi utilizada como importante instrumento educacional. O *Liga* indicava a leitura de alguns livros. Nas suas primeiras edições, um livro comumente indicado e noticiado foi o *Que são as Ligas Camponesas?*, de Francisco Julião, apresentado como manual de criação de uma liga (*A Liga*, “6/11/1962, p.3). Em 1/1/1963 o jornal criou as colunas “Leitura Popular”, que mais tarde passaria a se chamar “Livros e Problemas”, e “Pequeno Dicionário Prático da Revolução Brasileira”. A primeira, escrita por Wania Filizola, funcionava como um espaço dedicado à resenha crítica de livros que versavam sobre a dialética da história, economia política e a natureza da revolução brasileira. Já a segunda possuía uma estrutura pitoresca: tendo a letra A como tema, diversas palavras eram destacadas e acompanhadas de explicações sobre a homogeneidade do congresso, os “inimigos” dos camponeses e dos operários, a aliança “natural” operário-camponesa (*A Liga*, 16/1/1963, p.5), as causas da carestia no país, a exploração imperialista, a articulação dos setores dominantes para manter sua hegemonia, a implantação da reforma agrária radical, a necessidade de formar agrônomos camponeses, a “indústria da seca” no Nordeste (*A Liga*, 16/1/1963, p.5), a desigualdade socioeconômica, o analfabetismo entre os camponeses e a legitimidade da defesa armada.

Aproveitando-se da legalidade, alguns membros das Ligas Camponesas também recorriam à educação formal como importante instrumento de conscientização política.

O ano de 1963 também marcou a intensificação do programa de alfabetização nas Ligas Camponesas da Paraíba, onde membros do movimento, em articulação com setores da Juventude Católica e do poder público, participaram da instalação de escolas radiofônicas do Sistema Radioeducativo da Paraíba (SIREPA) e de núcleos da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) (XAVIER, 2010). Uma ação que, como destacou Luiza Erundina – integrante da Liga Camponesa de Campina Grande –, alinhava a aplicação do método Paulo Freire com os objetivos políticos do movimento:

Nós que trabalhávamos com o método dele, e trabalhávamos com retroprojektor, projetando as imagens, as frases, no processo de alfabetização, nós fomos perseguidos, a partir da descoberta de que em nossas casas haviam retroprojetores. Nós tivemos, inclusive, que enterrar (...) Porque a gente usava no processo de alfabetização dos camponeses, os camponeses que estavam vindo das Ligas Camponesas, ou seja, estavam sobre o impacto, a tragédia das Ligas Camponesas. Então, você abordar um camponês, ensinando ele a ler e a pensar, significava também uma ameaça ao regime (...) eles sabiam de que o retroprojektor era pra usar o método Paulo Freire, alfabetizando camponeses.<sup>8</sup>

### **Paulo Freire e a modernização do campo**

Podemos dizer que o alinhamento realizado pelos educadores das Ligas era orgânico, pois o método psicossocial proposto por Paulo Freire previa a construção de uma educação para além da capacitação técnica para o trabalho ou da ampliação das bases de representação da democracia liberal (AMMANN, 2003). Explorando a relação entre som e imagem, a partir das respostas imediatas dos alunos Paulo Freire buscava construir uma educação que fosse capaz de conscientizar o estudante do seu lugar no mundo e da exploração inerente à sociedade burguesa de classes, estimulando assim a formação de um pensamento crítico. Em suas palavras:

(...) Para mim um educador progressista é aquele que trabalha numa sociedade burguesa de classe como a nossa, por exemplo, e tem o sonho que o transcende, que vai mais além de fazer a escola melhor, mas que é preciso fazer, porque ele sonha é mesmo com a transformação radical da sociedade burguesa, numa sociedade socialista. Esse para mim é um educador progressista. O educador revolucionário é aquele que já se encontra situado histórica e socialmente, na sociedade, em processo, em um nível maior do processo atual. Vou dar um exemplo, eu acho que um de nós aqui é um educador progressista, e na Nicarágua um de nós seria um educador revolucionário. Talvez se pudesse dizer: - Paulo isso é um negócio tão acadêmico que não adianta. Eu também não dou muita atenção a essa distinção semântica (FREIRE, 1985, p.14-15).

Outro ponto de alinhamento dizia respeito à natureza da reforma agrária. Para ambos,

---

<sup>8</sup> Luiza Erundina em entrevista concedida à Leonardo Sakamoto. Disponível em: [HTTPS://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2019/12/21/paulo-freire-nao-foi-militante-da-esquerda-e-sim-da-educacao-diz-erundina.htm](https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2019/12/21/paulo-freire-nao-foi-militante-da-esquerda-e-sim-da-educacao-diz-erundina.htm). Acessado em: 28/4/2020.

a reforma agrária não era uma questão de ordem técnica, e sim uma decisão política, que efetivaria e impulsionaria mudanças técnicas, colocadas a serviço dos camponeses, os legítimos guias da reforma agrária (FREIRE, 2019). Nesse sentido, Paulo Freire, no livro *Extensión o Comunicación?*<sup>9</sup> (1969), destacava que os projetos extensionistas tratavam o campesinato como “coisa”, cuja função era, única e exclusivamente, reproduzir mecanicamente o conhecimento transmitido pelos detentores do conhecimento técnico salvador:

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. (...) Daí que, em seu “campo associativo”, o termo extensão se encontre em relação significativa com *transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação*, etc. (FREIRE, 2019, p.20, grifo no original).

Para Freire, os referidos técnicos tratavam os trabalhadores rurais como ignorantes e, por conseguinte, não compreendiam que os métodos produtivos empreendidos pelo campesinato refletiam sua forma de observar o mundo, pautada na visão integrada do binômio homem-natureza (por vezes, tão integrada que dificultava enxergar o mundo em perspectiva). Por essa razão, os conteúdos transmitidos pelos técnicos extensionistas eram contraditórios com a forma pela qual os camponeses enxergavam o mundo. Freire considerava que ao imputar o uso de uma técnica aos camponeses, os extensionistas estavam contribuindo para alterar a forma como eles percebiam o mundo e se percebiam, fazendo avançar uma lógica hegemônica e persuasiva:

Persuadir implica, no fundo, um sujeito que persuade, desta ou daquela forma, e um objeto sobre o qual incide a ação de persuadir. Neste caso, o sujeito é o extensionista; o objeto, os camponeses. Objetos de uma persuasão que os fará ainda mais objetos da propaganda (FREIRE, 2019, p.23).

Para ele, educação é um ato constante, onde o sujeito se apropria do ensinado para ler o mundo a sua maneira. Nesse sentido, o agrônomo-educador e todos aqueles envolvidos na educação rural deveriam, primordialmente, compreender que os camponeses possuíam uma lógica própria de compreensão do mundo, e, por meio da interação e do constante diálogo, encontrar saídas conjuntas e adequadas à forma como esses sujeitos apreendem a vida. Em outras palavras, era necessário substituir o termo “extensão” pela palavra “comunicação”:

Nem aos camponeses, nem a ninguém, se persuade ou se submete à força mítica da propaganda quando se tem uma opção libertadora. Neste caso, aos homens se lhes problematiza

---

9 O método Paulo Freire foi utilizado por diferentes forças, cada qual tentando adequá-lo aos seus objetivos políticos (em maior ou menor grau, distantes dos objetivos emancipatórios de Paulo Freire), como o governo democrata-cristão de Eduardo Frei, que utilizou o método Paulo Freire em todos os programas chilenos de alfabetização (Freire, 1980). Foi no Chile – onde vivia desde novembro de 1964, em decorrência do exílio imposto pela ditadura civil-militar brasileira –, que Paulo Freire publicou o livro *Extensión o Comunicación?* pelo Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agrária (Santiago, Chile), em 1969.

sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente sobre ela. (...) Estamos convencidos de que qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão (Freire, 2019, p.23-39).

Para Freire, essa forma de comunicação só seria possível mediante uma reforma estrutural, capaz de romper com as estruturas hegemônicas e com o poder extraeconômico do latifúndio, responsável por imputar um sentimento de inferioridade aos trabalhadores rurais:

Questão mais séria seria indagar sobre a possibilidade do diálogo enquanto não haja mudado a estrutura latifundista, pois é nela que se encontra a explicação do mutismo do camponês. Mutismo que começa a desaparecer de uma maneira ou de outra nas áreas de reforma agrária ou nas que estão sofrendo a influência do testemunho destas áreas, como observamos no caso chileno (FREIRE, 2019, p.61).

## **Considerações finais**

Buscamos apresentar a importância que a ideologia da modernização assumiu no pós-1945, nos debates agrários brasileiros; atentando, principalmente, para a impossibilidade de construir qualquer tipo de análise político-econômica sem levar em conta tal ideologia.

Percebe-se que, apesar da divergência quanto à natureza da reforma agrária e às estratégias de combate ao analfabetismo, as Ligas e o PCB concordavam que a melhora definitiva da qualidade de vida da classe trabalhadora era urgente. Assim, consideravam que o controle do Estado pela classe operária seria a única forma possível de resolver os problemas enfrentados pelas classes oprimidas – considerando inócua, qualquer ação pautada na esfera individual (ou estritamente produtivista), como defendiam os ideólogos da modernização.

As pesquisas que debatem as contribuições de Paulo Freire para a sociedade brasileira, negligenciam a inserção deste importante intelectual nos debates agrários das décadas de 1950, 1960 e 1970. Assim, buscamos destacar as interpretações de Freire sobre a natureza da reforma agrária. Ao fazer isso, conseguimos perceber o alinhamento de Freire com os projetos de desenvolvimento rural elaborados pelas Ligas e pelo PCB, ou seja, para Freire, o tratamento da modernização do campo a partir de argumentos puramente tecnicistas era uma estratégia de manutenção das relações hegemônicas (nacionais e internacionais). Como destacou Kay (2001), no campo da esquerda, a superação do paradigma da modernização só viria ocorrer durante a década de 1970, quando as proposições dos teóricos marxistas da dependência ganharam espaço nos debates públicos e acadêmicos.

Por fim, partindo do pressuposto que as Ligas e o PCB não eram um bloco monolítico, não tivemos qualquer pretensão de indicar tais argumentações como uniformes, ou desconsiderar as diferenças regionais na composição das estratégias e interpretações para o campo brasileiro. Apenas focalizamos nos principais periódicos e nas diretrizes dos núcleos dirigentes, considerando que a análise das interpretações da base dos movimentos aqui analisados exige a construção de um novo artigo, partindo das construções até aqui desenvolvidas. Nesse sentido, buscamos, sobretudo, apresentar uma nova chave analítica, que consideramos importante para pensarmos as propostas agrárias e agrícolas da esquerda brasileira e darmos sentido histórico aos processos de modernização do campo brasileiro.

## Referências

- AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- COSTA, Luiz Flávio. **O PCB e a questão do sindicalismo rural, 1954-64**. 1990. 244p. Tese (Doutorado em História Econômica). USP. São Paulo, 1990.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 20. ed. Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. Tradução de Kátia de Melo e Silva. São Paulo: Editora Moraes, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Amílcar Cabral: o pedagogo da revolução**. Palestra proferida para o curso de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, em 8 de novembro de 1985.
- FREITAS, Marcos Cezar de e BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.
- KAY, Cristóbal. Los paradigmas del desarrollo rural en America Latina. In: **EL MUNDO RURAL EN LA ERA DE LA GLOBALIZACIÓN: INCERTIDUMBRES Y POTENCIALIDADES – X COLOQUIO DE GEOGRAFÍA RURAL DE ESPAÑA DE LA ASOCIACIÓN DE GEÓGRAFOS ESPAÑOLES**, 2001, Lleida, p.337-429.
- MEDEIROS, Leonilde. **A questão da reforma agrária no Brasil**. 1983. 150p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). USP. São Paulo, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. 294p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unicamp. Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais no Campo, Lutas por Direitos e Reforma Agrária na Segunda Metade do Século XX. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p.113-136.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana: 1930- 1961**. Niterói: Editora da UFF, 2010.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das ligas Camponesas do Brasil**. 1969. Disponível em: <[http://r1.ufrjr.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese\\_cmorais.htm](http://r1.ufrjr.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese_cmorais.htm)>. Acessado em: 26/8/2018.

MOREIRA, Vânia Losada. Os anos JK: a industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo de experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.156-194.

SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. 2005. 262p. Tese (Doutorado em História Social). UNICAMP. Campinas, 2005.

SILVA, Claiton Marcio da. **De agricultor a farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil**. Curitiba/Guarapuava: UFPR/Unicentro, 2015.

XAVIER, Wilson José. **As práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé: memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-64)**. 250p. Dissertação (Mestrado). UFPB. João Pessoa, 2010.

### **Periódicos consultados**

*A Liga*

*Imprensa Popular**Problemas*: revista mensal de cultura política

*Terra Livre*

*Voz Operária*

### **Documentos do PCB**

PCB, 1954. Documentos do IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. In: *Problemas*, n.64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955.

PCB, 1958. Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro. In: PCB: Vinte anos de Política 1958-1979 (documentos). São Paulo: LECH, 1980, p.3-27.

PCB, 1960. Resolução Política do V Congresso do PCB, 1960. In: PCB: Vinte anos de Política 1958-1979 (documentos). São Paulo: LECH, 1980, p.39-69.

### **Sites consultados**

<http://revistaprincipios.com.br/artigos/2/cat/2365/o-que-%C3%A9-a-democracia-popular.html>. Acessado em: 11/04/2020.

<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2019/12/21/paulo-freire-nao-foi-militante-da-esquerda-e-sim-da-educacao-diz-erundina.htm>. Acessado em: 28/4/2020.

Recebido em 18 de março de 2022 e aprovado em 07 de abril de 2022.